

O IMPACTO DA RASTREABILIDADE NA PECUÁRIA DE CORTE - A PERCEPÇÃO DO PRODUTOR

Coordenador: JULIO OTAVIO JARDIM BARCELLOS

Autor: MARIA EUGÊNIA ANDRIGHETTO CANOZZI

Introdução A expansão do comércio mundial de alimentos, as mudanças nos hábitos alimentares, a demanda por produtos altamente processados e a ocorrência de contaminações de alimentos e bebidas, seja por micropatógenos ou resíduos, têm acarretado modificações no setor produtivo de alimentos. Após indícios que relacionaram a doença da vaca louca com problemas de saúde humana, a União Européia, passou exigir a certificação de origem de todos os bovinos abatidos e a carne de animais importados. Neste sentido, o controle do processo de produção e a identificação individual dos animais, torna-se uma importante ferramenta para a rastreabilidade dos rebanhos susceptíveis e praticamente uma imposição dos mercados importadores. Diante disso surgiu em janeiro de 2002 o SISBOV - Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos. Este funciona como um conjunto de ações e procedimentos para caracterizar a origem, o estado sanitário, a produção e a produtividade da pecuária nacional e assegurar a proveniência dos alimentos da bovinocultura no Brasil. A rastreabilidade pode ser definida como sendo a correspondência entre uma referência e um produto, identificado por lote ou individualmente. O animal é registrado em um banco de dados, na qual deverão ser armazenadas todas as informações relevantes ao processo produtivo que ocorrem durante sua vida até o abate, dentro do frigorífico, e daí até sua entrega ao consumidor. Problemática Na teoria, a implementação de um programa de rastreabilidade é simples, o que é difícil é a aceitação do sistema pelo pecuarista, devido ao fato de ser uma atividade nova na propriedade, que demandará tempo e custo operacional (empregados, instalações, brincos). Apesar da rastreabilidade no Brasil ainda ser de caráter voluntário e exigida apenas aos fornecedores de animais destinados a estabelecimentos exportadores, a adesão ao programa pelo produtor rural irá valorizar o seu produto e propiciará um mercado mais amplo, pois poderá atender tanto aos frigoríficos voltados para o mercado interno como aqueles que exportam. Objetivos · Verificar a adesão destes produtores rurais ao programa de rastreabilidade brasileiro; · Verificar a frequência da rastreabilidade dos terneiros comercializados; · Verificar a valorização do animal com certificação de origem; · Analisar se há, ou não, coerência na diminuição ou no aumento do número de terneiros rastreados em relação às sucessivas alterações das normas

governamentais; Metodologia No sul do Brasil, os terneiros são comercializados em leilões oficiais coordenados pelas associações de criadores, órgãos do governo estadual ou empresas privadas que organizam a comercialização. Em cada leilão são ofertados de 400 a 3000 terneiros oriundos de diversos produtores, formando lotes de 10 a 40 animais dispostos em pequenos currais, contendo os dados de identificação do proprietário e dos animais, permitindo uma observação prévia ao leilão por parte dos compradores. Neste momento estão disponíveis os dados de cada lote com relação à existência ou não da rastreabilidade. Após um período de observação pelos compradores os lotes de animais entram em pista para serem comercializados mediante oferta e venda pelo maior preço. Para isto, um profissional especializado, leiloeiro, descreve os animais que entra na pista evidenciando características que se destacam como é o caso da rastreabilidade. O presente trabalho foi realizado a partir da coleta de dados referente ao processo de comercialização de terneiros em feiras do estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2004, 2005 e 2006. Foram coletadas informações de 2.122 lotes, totalizando 34.573 animais, em 14 diferentes municípios e em duas épocas distintas (outono e primavera). Mediante o uso de tabelas padronizadas foi realizada a análise de cada lote em relação à presença ou não da certificação de origem no que diz respeito ao preço pago e a frequência da rastreabilidade. Resultados e Discussão Observa-se que a tendência de adesão ao programa de rastreabilidade para esta categoria animal está em queda: em 2004, de 1097 lotes, 228 eram rastreados (20,79%); em 2005, de 766 lotes, 74 apresentavam adesão ao SISBOV (9,66%) e em 2006, de 409 lotes, somente 35 apresentavam rastreabilidade (8,56%). Com relação à época de realização das feiras, no ano de 2004, o percentual de animais rastreados foi de 15,51% e 47,70 %, para feiras de outono e primavera, respectivamente. Este aumento significativo ocorreu principalmente porque foi exigido pela Secretária da Agricultura do Rio Grande do Sul, que todos os animais estivessem rastreados no momento da realização do remate, tratando-se de feiras oficiais. Entretanto, pela IN n° 77, de 28 de outubro de 2004, os prazos para a adesão ao SISBOV foram revogados e, como consequência, a obrigatoriedade de rastreabilidade para a participação em feiras oficiais do Estado deixa de ser exigida, refletindo-se na queda e até inexistência de animais rastreados nos diferentes municípios do Estado nos anos subsequentes, como mostra o gráfico abaixo: GRAFICO 1 Em algumas feiras, como por exemplo, as do município de Caçapava do Sul, Santa Maria, São Gabriel, Santo Ângelo e Uruguaiana, no ano de 2004; Caçapava do Sul e Esteio, no ano de 2005 e Caçapava do Sul, Esteio e Santana da Boa Vista, em 2006, não foram ofertado nenhum lote de animais rastreados. A valorização dos machos rastreados em relação aos não rastreados também teve

grandes oscilações, conforme se observa no gráfico abaixo: GRÁFICO 2

Estas variações, além da questão conjuntural de preços baixos que o Estado atravessa nos últimos anos, também se devem, em parte, a incerteza gerada pelas constantes alterações no Sistema de Rastreabilidade Brasileiro. Em 2002, quando do lançamento do SISBOV, constava que todos os criatórios produtores de bovinos e bubalinos localizados nos estados livres de febre aftosa ou em processo de declaração deveriam integrar ao Sistema, no máximo, até dezembro de 2005; os criatórios dos demais estados até dezembro de 2007, contudo esta Normativa foi revogada em 2005. Atualmente, a adesão ao programa é voluntária, mas os estabelecimentos que produzem animais cuja carne é destinada à exportação, devem obrigatoriamente estar no SISBOV. Apesar do Brasil ser um grande produtor de carne e possuir o maior rebanho bovino do mundo, a maior parte da produção é voltada para o mercado interno, confirmando, com isso, o pouco interesse dos produtores ao rastreamento. Além das legislações, o conhecimento do produtor a respeito do SISBOV, seja através dos meios de comunicação ou contato com profissionais da área (agrônomos, zootecnistas, médicos veterinários) aliada à proximidade de um frigorífico, são fatores de importância de interesse do mesmo em rastrear seus animais.

Conclusões O SISBOV é, sem dúvida alguma, um programa de modernização da pecuária nacional e um meio de se controlar um rebanho como um todo: origem, trânsito e sanidade animal. Apesar da valorização do animal rastreado existir de fato, as oscilações visíveis à adesão do programa pelo produtor rural acabam por mostrar momentos de insegurança, dúvida, insatisfação e, principalmente, dificuldade de adaptação do produtor rural diante das freqüentes modificações da legislação brasileira.